

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Segurança Alimentar**  
**Período de Análise: julho de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Kátia Abreu defende equilíbrio entre preservação ambiental e produção de alimentos – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009 .....</b>	<b>3</b>
<b>“Demanda por alimento e energia fará agronegócio reagir”, diz Meirelles – Sítio Eletrônico da CNA – 06/07/2009 .....</b>	<b>4</b>
<b>No Brasil, 345 escolas públicas não têm água - Demétrio Weber e Efrém Ribeiro – O Globo – O País – 06/07/2009.....</b>	<b>5</b>
<b>Em Buenos Aires, PE, faltam torneiras – O Globo – O País – 06/07/2009 .....</b>	<b>6</b>
<b>Crise agrava pobreza no mundo ONU: até 90 milhões voltarão a viver com menos de US\$ 1,25 por dia – O Globo – Capa – 06/07/2009 .....</b>	<b>6</b>
<b>Crise reduz luta contra pobreza ONU: até 90 milhões entrarão na faixa dos que vivem com US\$ 1,25 por dia em 2009 - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/07/2009.....</b>	<b>7</b>
<b>Mais Alimentos possibilita o plantio na hora certa para agricultores – Sítio Eletrônico do MDA – 08/07/2009.....</b>	<b>8</b>
<b>Programa de Aquisição de Alimentos faz seis anos com investimentos de R\$ 2,2 bilhões – Sítio Eletrônico do MDS – 08/07/2009.....</b>	<b>10</b>
<b>Líderes mundiais estudam criar estoques de alimentos – Assis Moreira – Valor Econômico – Especial – 08/07/2009.....</b>	<b>12</b>
<b>Ministério promove oficinas do Programa de Aquisição de Alimentos – Sítio Eletrônico do MMA – 17/07/2009 .....</b>	<b>13</b>
<b>Mais Alimentos impulsiona a criação de ovelhas e cabras – Sítio Eletrônico da CNA – 22/07/2009 .....</b>	<b>14</b>
<b>Mais Alimentos impulsiona a criação de ovelhas e cabras – Sítio eletrônico da CNA – 22/07/2009 .....</b>	<b>15</b>
<b>Governo Federal regulamenta Lei da Alimentação Escolar – Sítio eletrônico do MDA - 22/07/2009.....</b>	<b>16</b>
<b>Mais Alimentos beneficia mais culturas e atividades – Sítio Eletrônico do MDA - 24/07/2009.....</b>	<b>17</b>

**Kátia Abreu defende equilíbrio entre preservação ambiental e produção de alimentos** – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou que os produtores rurais se recusam a discutir a questão ambiental desatrelada da questão relativa à produção de alimentos. Falando ao Plenário, nesta terça-feira (30), ela explicou que esses dois setores têm que caminhar juntos. Segundo disse, a preservação ambiental é necessária, mas é preciso que o país possa garantir a produção de alimentos para a população.

Kátia Abreu classificou como desmatamento a ação daqueles que "arrancam a cobertura original e largam aquelas terras ao vento", observando que não foi isso que os agricultores brasileiros fizeram.

- Substituímos a cobertura original por empregos, por exportação, por PIB [Produto Interno Bruto - disse a senadora.

A senadora afirmou que a agricultura é, hoje, o único setor da economia brasileira que mantém a balança comercial superavitária. Segundo disse, é graças ao agronegócio que o Brasil está exportando mais produtos agrícolas do que o que compra de outros países. Kátia Abreu ressaltou que a questão ambiental é uma preocupação mundial, que envolve a todos. Ela destacou que sua importância não está apenas no que se relaciona à manutenção da vida hoje, mas, principalmente, na sua preservação para as gerações futuras.

- O que nós agricultores do Brasil queremos é que esse assunto não seja tratado como uma religião, como um dogma - explicou a senadora. - O meio ambiente é um tema da maior importância para o Brasil, não pode ser tratado como um monopólio de apenas meia dúzia de pessoas. A senadora Kátia Abreu afirmou que essas pessoas não querem compreender que o Brasil hoje está, praticamente, dividido ao meio, com 53% de cobertura original e 47% destinados à produção de alimentos, dirigidos às cidades. Segundo disse, os produtores agrícolas estão empenhados em manter essa situação, defendendo o desmatamento zero.

- Não vamos mais desmatar, não precisamos mais desmatar - disse a senadora. - O que temos hoje, aplicando tecnologia, é suficiente para aumentar a produção de comida. Queremos, sim, metade do Brasil com a cobertura original, mas queremos manter a outra metade em produção de alimentos.

Kátia Abreu defendeu mudanças no Código Ambiental que facilitem a produção de alimentos. Ela afirmou que isso não significa incentivo ao desmatamento. A senadora disse que a proposta dos produtores agrícolas contempla o desmatamento zero, bem como, a recomposição e regularização das áreas de produção.

- Vamos recompor as matas ciliares e trazer os serviços ambientais para compensar aqueles produtores que querem preservar o meio ambiente - disse Kátia Abreu.

Assessoria da senadora Kátia Abreu. Colaboração Agência Senado

**“Demanda por alimento e energia fará agronegócio reagir”, diz Meirelles** – Sítio Eletrônico da CNA – 06/07/2009

As tendências econômicas para o setor do agronegócio são positivas, mesmo com a crise internacional. O cenário para os próximos meses foi apresentado pelo presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, durante a palestra que ministrou na abertura do Seminário Perspectivas para o Agronegócio, na manhã desta segunda-feira (6), em Goiânia (GO), realizado Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg).

O ministro apresentou a uma plateia de cerca 700 autoridades e produtores rurais análises realizadas pelo Banco Central que demonstram que haverá uma retomada nas exportações das commodities brasileiras, sobretudo de grãos. A demanda por alimentos e energia vinda de países da Ásia e nações emergentes fará com que o agronegócio se recupere mais rapidamente dos efeitos da crise mundial.

“Alimentos para emergentes e óleo para biodiesel impulsionará o comércio global da soja”, afirmou o ministro. Meirelles citou o caso da China, principal destino das exportações brasileiras. País que apesar da crise mundial permanecerá em crescimento e sustentará a demanda por commodities.

Reclassificação de risco

O ministro também falou sobre a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que trata da classificação de risco em operações de crédito rural e outras operações. “Emitida no último dia 30 de junho, a resolução dá a possibilidade de incluir no acesso ao crédito oficial cerca de 94 mil produtores”, explicou o presidente da Faeg, José Mário Schreiner, em entrevista à imprensa.

O ministro Meirelles esclareceu que no Banco do Brasil, a resolução aplica-se às operações rurais prorrogadas a partir da safra agrícola de 2004/2005. Com a resolução torna-se possível a revisão do risco de operações que chegam à casa dos R\$ 11,2 bilhões.

Assessoria de Comunicação da Faeg

**No Brasil, 345 escolas públicas não têm água** - Demétrio Weber e Efrém Ribeiro – O Globo – O País – 06/07/2009

Censo Escolar do MEC revela a precariedade das instalações de ensino nas zonas rurais do país

BRASÍLIA e TERESINA. A Escola Municipal Raimundo Antônio de Oliveira, localizada na zona rural do município de Oeiras (PI), a 316 quilômetros de Teresina, não tem água e nem banheiros.

A professora e os 34 alunos do ensino fundamental dependem de um jegue para matar a sede e ter merenda. O animal que abastece o colégio percorre mais de dez quilômetros com dois galões no lombo.

Quem conta essa história é a professora Adenísia Márcia de Sousa Silva. A falta de água é realidade em pelo menos 345 escolas públicas do semiárido no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

O número consta no Censo Escolar 2008, do Ministério da Educação. Mas a situação pode ser bem pior: enquanto o censo registra apenas quatro escolas sem abastecimento no Piauí, um levantamento coordenado pelo governo estadual já localizou 33 colégios sem água.

**Além de água, também falta luz nas escolas públicas**

Um deles é a Escola Municipal José Teodoro, a 60 quilômetros do centro de Oeiras. De acordo com a supervisora de Educação Rural do município, Eliete Vitória dos Santos, um funcionário carrega água diariamente em baldes.

A água vem de um poço com bomba movida a óleo diesel. A falta de energia elétrica é outro problema no semiárido. O Censo Escolar informa que 5.731 das 57.882 escolas públicas na região não têm eletricidade.

No Piauí, elas são 932.

— É um esforço muito grande aprender em uma situação como essa — diz a professora Francisca das Chagas.

Na Escola Municipal Dr. Raimundo Campos, zona rural de Oeiras, há 150 alunos sem água nem banheiros, segundo a supervisora Eliete Vitória.

— Na zona rural, as crianças e os professores usam as moitas como banheiros.

Preocupado com a precariedade da rede pública de ensino, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) procurou governos estaduais e a Presidência da República. O resultado foi um pacto nacional selado em 2007. A missão deve ser concluída em 2011.

O primeiro passo é confirmar a veracidade das informações contidas no censo e localizar as escolas com problemas. A tarefa foi delegada aos estados, mas, de acordo com o Unicef, três governos não assinaram termo de compromisso nesse sentido: Maranhão, Paraíba e Pernambuco.

Minas Gerais e Espírito Santo só firmaram o documento semana passada, segundo o Unicef.

O resultado será enviado à Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pelos projetos técnicos.

Analisando mapas da região, a agência dirá se é melhor furar um poço, fazer um açude, captar água de um riacho ou construir uma cisterna.

A coordenadora nacional do Programa de Educação do Unicef no Brasil, Maria de Salete Silva, diz que é inadmissível que o país tenha uma única escola sem água ou eletricidade.

Lembrando que o problema se concentra nas zonas rurais, Maria de Salete conclui: — Essa situação permanece porque é algo que está longe, as pessoas não veem. Imagine se fosse o seu filho.

#### **Em Buenos Aires, PE, faltam torneiras – O Globo – O País – 06/07/2009**

Numa das escolas, água para a merenda chega de cacimba, levada por uma vizinha BUENOS AIRES (PE). Escola sem água não chega a ser uma realidade incomum no Nordeste. E não é nem preciso ir muito longe. O problema pode ser observado não só em cidades como Alagoinha e Buíque (no agreste) ou Santa Filomena (no sertão), como também naquelas que não ficam no semiárido. É o caso de Buenos Aires, na Zona da Mata, onde se concentra a agroindústria açucareira.

Muito verde, a região é marcada por boas temporadas chuvosas.

Mas nesse município, a 80 quilômetros de Recife, quase todos os colégios não possuem água encanada.

Alguns não têm nem torneira, como é o caso da escola municipal Nossa Senhora de Fátima, que funciona no engenho Novo Mundo, a dez quilômetros do centro da cidade. Com apenas três salas, a escola tem a água de cacimba garantida por uma vizinha, Ivonete Maria Gomes, de 36 anos. Com o filho Eduardo, de 14, e a ajuda da jumenta Rosely, ela anda meia hora para buscar quatro “tambores” para abastecer o colégio.

São quatro fornecimentos por semana, pelos quais recebe R\$ 200 mensais, como prestadora de serviço da prefeitura.

Nem mesmo a gravidez de nove meses tem impedido a lavradora de fazer o roteiro diariamente. Além de abastecer a escola, vizinha a sua casa, ela também precisa da água da cacimba para banhar, alimentar, matar a sede e lavar roupa dos oito filhos. Para a merendeira da escola, Maria José Dias de Santana, o trabalho seria complicado sem a ajuda de Ivonete.

— Água é tudo na vida. Preciso dela para lavar a escola e preparar a merenda.

#### **Crise agrava pobreza no mundo ONU: até 90 milhões voltarão a viver com menos de US\$ 1,25 por dia – O Globo – Capa – 06/07/2009**

Relatório das Nações Unidas sobre as Metas do Milênio, que será apresentado hoje em Genebra, revela que os avanços na luta contra a pobreza e a fome começam a recuar, em consequência da crise financeira mundial. A ONU calcula que o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 (cerca de R\$ 2,40) por dia poderá aumentar até 90 milhões este ano.

**Crise reduz luta contra pobreza ONU: até 90 milhões entrarão na faixa dos que vivem com US\$ 1,25 por dia em 2009** - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/07/2009

O mundo recuou no combate à pobreza e na erradicação da fome. Não foi um recuo estratégico, mas uma reação à crise financeira global que se agravou em 2008, provocando uma certa inversão de tendência de alguns avanços detectados nos últimos anos. Como o mundo já está a meio caminho do limite do prazo fixado para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o sinal amarelo foi acionado nas Nações Unidas. O prazo limite para atingir as Metas do Milênio é 2015. O relatório com os números de 2008 será apresentado hoje, em Genebra, pelo secretáriogeral da ONU, Ban Ki-moon.

Embora ainda não existam dados suficientes para dimensionar o impacto generalizado da crise, as Nações Unidas já fizeram algumas projeções que apontam para o ingresso, em 2009, de mais 55 milhões a 90 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 (R\$ 2,44) por dia. Isso significa que os indicadores de extrema pobreza, que tinham caído de 1,8 bilhão de pessoas, em 1990, para 1,4 bilhão, em 2005, voltaram a subir.

O pior é que a crise financeira não reinou sozinha em 2008. Ela veio acompanhada de um aumento generalizado dos preços dos alimentos.

A crise alimentar, que refluíu no segundo semestre enquanto a financeira se agravava, acabou elevando de 16%, em 2006, para 17%, em 2008, o percentual da população mundial considerada miserável.

Na América Latina e no Caribe, por exemplo, o percentual da população que vivia com menos de US\$ 1,25 por dia, voltou a subir para 8%, depois de ter registrado uma queda de 13% para 7%, em 2007. Mas foi na África Subsaariana, no subcontinente indiano e no Oriente Médio que a inversão de tendência em relação à indigência foi mais acentuada: subiu de 59% para 64%, de 38% para 44% e de 10% para 25%, respectivamente.

Hoje, mais de um quarto das crianças que vivem nos países em desenvolvimento têm peso insuficiente para a sua idade. A crise alimentar provocou um agravamento da situação de subnutrição entre menores de 5 anos. A América Latina foi uma das poucas regiões em que a situação agravou-se menos, tendo recuado de 12% na década de 90 para 8% em 2007. Em 2008, o índice não se alterou, permanecendo estável em 7%.

**Progresso ‘lento demais’, diz ONU**

Ao fazer um balanço hoje das Metas do Milênio, Ki-moon vai advertir que, apesar dos numerosos êxitos conquistados até agora, os progressos têm sido, de um modo geral, “lentos demais” para permitir a implementação das metas nos próximos seis anos. O documento com as Metas do Milênio foi assinado em 2000 por 191 países. Dentre as oito metas fixadas (acabar com a fome e a pobreza, universalizar a educação básica, promover a igualdade entre os sexos, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a Aids, reduzir desemprego e respeitar o meio ambiente), uma das poucas a ser atingida, segundo a própria ONU, será a da universalização do ensino básico.

Na maioria dos países, o indicador subiu de 83%, em 2000, para 88%, em 2007.

— Não podemos permitir que um clima econômico desfavorável prejudique os compromissos assumidos lá trás — alertou Ki-moon, afirmando que “chegou o momento de acelerarmos os avanços conquistados”.

A crise está inchando os dados de desemprego mundo afora, tanto assim, que, segundo cálculos das Nações Unidas, os sem-emprego podem atingir este ano entre 6,1% e 7% dos homens e 6,5% e 7,4% das mulheres. Como os homens estão conseguindo voltar ao mercado de trabalho mais rapidamente que as mulheres, as Nações Unidas admitem que, dificilmente, a meta de igualdade entre gêneros será alcançada em 2015.

Só que o apelo que será feito hoje por Ki-moon esbarra numa realidade financeira que é de conhecimento da ONU. Nos últimos 49 anos, as nações em desenvolvimento receberam o equivalente a US\$ 2 trilhões em doações feitas pelos países ricos; enquanto os bancos e grandes instituições financeiras embolsaram, só no último ano, US\$ 18 trilhões. Os dados são da ONU e foram divulgados em junho passado, em Nova York, durante a Conferência Econômica das Nações Unidas, que serviu de base para o relatório que está sendo apresentando hoje.

### **Mais Alimentos possibilita o plantio na hora certa para agricultores – Sítio Eletrônico do MDA – 08/07/2009**

De Norte a Sul, o Programa Mais Alimentos, desenvolvido desde julho de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transforma o perfil de unidades produtivas da agricultura familiar brasileira. Esta realidade se materializa nos exemplos das famílias Maffi, de Eptaciolândia (AC), e Moraes da Silva, de Campo Belo do Sul (SC), que valeram-se da facilidade de acesso à linha de crédito (financia projetos individuais de até R\$ 100 mil) e das condições de pagamento (até dez anos, com até três anos de carência, e juros de 2% ao ano) para modernizar a infraestrutura produtiva e aumentar a produtividade.

Além do Mais Alimentos, estas famílias têm em comum a origem, Santa Catarina, de onde os Maffi saíram nos anos 70 para se instalar no Acre. A princípio, se ocuparam do extrativismo da borracha. Mais tarde, passaram a se dedicar à agricultura.

Até o início deste ano, o cultivo de milho desenvolvido pelos irmãos Mário, Renato, Walmor e João Maffi dependia de máquinas e equipamentos emprestados. A



possibilidade de mudar esta situação veio durante uma reunião na associação da qual fazem parte ,São Cristóvão, promovida pela Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof, do Acre, em parceria com agentes financeiros, prefeitura e associações. O objetivo era levar informações sobre a linha de crédito.

Elaine da Silva, responsável pelo escritório da Seaprof em Epiaciolândia, lembra que os irmãos ficaram tão interessados que pediram aos técnicos da Secretaria que voltassem a comunidade para explicar detalhadamente o Mais Alimentos. “Além dos Maffi, outros agricultores também ficaram interessados em investir mais na infraestrutura de suas propriedades com Mais Alimentos”, ressalta Elaine. A partir daí, coube aos técnicos elaborar o projeto junto com a família e encaminhar ao banco.

### **Trabalho em família**

No caso dos irmãos Maffi, o resultado foi, literalmente, uma ação em família. Cada um dos quatro irmãos acessou R\$ 100 mil e investiram em equipamentos como trator, grade niveladora, aradora, plantadeira, roçadeira, pulverizadora, cultivadora e perfuradora de solo. Entregues em abril deste ano, eles são utilizados em conjunto. “Agora, só depende da gente”, diz Renato Maffi, colocando no passado o tempo em que dependia “dos outros” para trabalhar. Por meio do Mais Alimentos, ele comprou um trator de 75 CV, uma grade e uma niveladora.

Na safra 2008/09, os irmãos Maffi produziram cerca de 400 toneladas de milho. Com os novos equipamentos, a previsão é que a produção chegue a duas mil toneladas na safra 2009/10. Mais do que isso, o Mais Alimentos está levando à diversificação aos campos de cultivo dos Maffi, uma das condições contempladas pela assistência técnica na aprovação do projeto que permitiu o acesso à linha de crédito do Programa. Essa diversificação começa com o cultivo de 10 hectares de feijão e 20 de arroz.

### **Pastagem garantida**

No outro extremo do País, o agricultor familiar Jani Moraes da Silva, produtor de leite no município de Campo Belo do Sul (SC), também dependia de um trator emprestado, pela Prefeitura, para preparar a pastagem que alimenta o seu rebanho leiteiro. Mas o equipamento nem sempre estava à disposição quando necessário, pois era utilizado por vários agricultores.

Jani viu a oportunidade de mudança quando soube que, por meio do Mais Alimentos, poderia acessar crédito para a compra de equipamentos com preço e prazos compatíveis com seu orçamento. Com apoio do escritório municipal da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), elaborou um projeto que possibilitou a compra de um trator de 75 CV. “Este programa surgiu em boa hora. Deu tudo certo”, diz Silva, que também utiliza o trator para produzir alimentos de consumo da família, como o feijão.

Extensionista da Epagri que atendeu o agricultor, Rove Fernando Bueno explica que o trator vai proporcionar mais pastagem para alimentação do gado e, conseqüentemente, o

aumento da produção de leite, que hoje está perto dos 100 litros por dia. Bueno prevê que, a curto prazo, a produção pode até dobrar. Tanto, que o agricultor já avalia um futuro investimento em aquisição de matrizes.

## **O Programa**

O Mais Alimentos é uma linha de crédito de até R\$ 100 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com juros de apenas 2% ao ano e prazo de até três anos de carência para começar a pagar o financiamento. Em dez meses, de Programa, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já foram comercializados 11 mil tratores de até 78 cavalos.

Além de tratores e equipamentos agrícolas, o Mais Alimentos financia projetos que contemplam galpões de armazenagem, silos, construções e maquinário para ordenha, resfriadores e correção de solo. O Pronaf Mais Alimentos atende produtores de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, hortigranjeiros, leite, castanha, caprinos, ovinos, café, gado para abate, suínos e aves.

### **Programa de Aquisição de Alimentos faz seis anos com investimentos de R\$ 2,2 bilhões – Sítio Eletrônico do MDS – 08/07/2009**

O acesso aos recursos ocorre por meio de editais públicos destinados aos governos municipais e estaduais e também por convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), completa seis anos neste mês de julho. Desde que foi implantado, em 2003, o Governo Federal investiu R\$ 2,2 bilhões na compra de alimentos produzidos por 113 mil agricultores. Só no PAA Leite foram investidos R\$ 758 milhões na compra do produto de 29 mil produtores. São beneficiadas pela distribuição de leite 2,8 milhões de pessoas, em 1.222 Municípios.

Os dados da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS indicam que para 2009 os investimentos são de R\$ 467,8 milhões, sendo R\$ 183 milhões para a modalidade PAA Leite. O acesso aos recursos ocorre por meio de editais públicos destinados aos governos municipais e estaduais e também por convênios com o MDS. Associações de produtores e cooperativas podem, ainda, acessar o programa por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que opera três modalidades do programa.

O ministro Patrus Ananias destaca que o Brasil está construindo a sua soberania alimentar e o PAA tem tido um papel fundamental nesta conquista. “É um programa que sintetiza bem o Fome Zero porque numa ponta está dando apoio aos produtores, gerando trabalho, emprego e criando condições para que as famílias possam permanecer no campo, inclusive produzindo mais para o consumo interno, e na outra ponta estamos

atendendo pessoas e famílias em situação de fragilidade alimentar, os mais pobres.” O ministro lembra, ainda, outro aspecto do programa: “ O PAA garante aos pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário) uma renda anual básica, inclusive protegendo esses pequenos produtores contra os especuladores e atravessadores.

A importância e o resultado do PAA na vida de milhares de brasileiros podem ser constatados de Norte a Sul do País. O produtor Luis Simião Carneiro, 63 anos, morador do Município de Ichu (BA) é um desses exemplos. Ele é integrante do PAA Leite. Antes de aderir ao programa, Carneiro tinha dificuldade para vender o leite e, conseqüentemente, complementar a renda da aposentadoria (de R\$ 465,00) e manter a pequena propriedade familiar. O preço máximo que conseguia, para cada litro de leite, era R\$ 0,20. Já no programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social recebe R\$ 0,65. “O PAA tem ajudado a regular o preço do leite no mercado e garantindo renda fixa para nós”, comemora Luis.

Ao mesmo tempo que o PAA tem melhorado a vida dos produtores e agricultores, também contribui para levar alimentos saudáveis a pessoas pobres. Toda a produção comprada pelo programa é doada a entidades assistenciais e escolas públicas. É o que acontece em Santo Ângelo, Município do Rio Grande do Sul, onde desde março de 2009 o programa é executado.

Farinha de milho, bolacha, beterraba, cenoura, tomate, carne de frango, pão caseiro, abóbora, milho verde, moranga, farinha de trigo, cuca (bolo típico da região), batata doce, pepino, frutas, arroz, feijão, canjica de milho, repolho, chuchu e melado. Esses são alguns exemplos de produtos cultivados por 200 produtores cadastrados no PAA e que chegam as entidades do Município. “Sempre fomos muito dependentes de alimentos. Com o PAA, essa realidade está mudando. Nossa mesa está farta”, destaca Márcia Martins, do Centro de Formação São José.

A instituição acolhe diariamente 112 meninas, com idades entre 4 e 14 anos. Ali, elas participam de oficinas variadas, entre elas, as de artesanato, informática, inglês, espanhol, biscuit e tricô. São oferecidas quatro refeições por dia: café e lanche da manhã, almoço e lanche da tarde.

Outro ponto positivo do programa é o incentivo à produção agroecológica com a oferta de alimentos saudáveis e sem agrotóxico. Em Itapeva (SP), por meio do PAA, foram distribuídos, no ano passado, 814 mil quilos de alimentos (verduras e hortaliças) às entidades sociais da cidade. Toda a produção veio de 197 agricultores familiares cadastrados no programa. “O PAA é um programa que deu certo. Conseguiu, ao mesmo tempo, atender ao pequeno produtor e as pessoas que vivem em insegurança alimentar”, avalia o secretário municipal da Agricultura de Itapeva, Cassiano Tóffoli.

**Programa** - O programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado por Decreto em 2009. Entre 2003 e 2005, foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados pelo MDS, e desenvolvido a partir de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), governos

estaduais e municipais, além da CONAB.

A partir de 2006, o PAA passou a contar também com recursos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). A ação prevê a dispensa de licitação e fixa o teto de compra em R\$ 3,5 mil ao ano, por agricultor e o mesmo valor na produção de leite, por semestre.

### **Líderes mundiais estudam criar estoques de alimentos** – Assis Moreira – Valor Econômico – Especial – 08/07/2009

Países ricos e emergentes vão se comprometer a examinar a viabilidade de criar um esquema para a estocagem internacional de produtos agrícolas e querem também monitorar a especulação nos preços de alimentos, para evitar a recorrência de crises alimentares.

Uma declaração sobre segurança alimentar global continuava sendo negociada ontem em Roma entre o G-8 (os mais ricos e a Rússia), o G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) e alguns países africanos, em meio ao enfrentamento entre exportadores e importadores. Em um documento que envolve o futuro da agricultura global, não havia menção ao termo "subsídios agrícolas". "Tem muito protecionista na mesa", disse um negociador.

Além disso, a Agência para a Agricultura e Alimentação (FAO) das Nações Unidas voltou a alvejar a produção de biocombustíveis como uma das causas do aumento de subnutridos no mundo.

Em documento elaborado com vistas à cúpula do G-8, que começa hoje em Áquila, a FAO diz que pela primeira vez na história humana há mais de um bilhão de pessoas famintas. São 100 milhões a mais desde o ano passado.

Além de procurar garantir segurança alimentar para um bilhão de pessoas famintas, a comunidade internacional precisará quase dobrar a produção de cereais para alimentar a população global, que atingirá mais de 9 bilhões de pessoas em 2050.

Em julho do ano passado, em sua reunião no Japão, o G-8 conclamara os países com estoques alimentares suficientes a distribuir uma parte para os países que tinham necessidade, em meio a uma alta global dos preços agrícolas.

Esta semana, a ideia vai mais longe, para medidas de médio e longo prazo. Começa com a discussão, com outros países, sobre a criação de estoques de alimentos. O Japão, maior importador mundial e que tem financiado a ajuda a países pobres, é um dos maiores defensores. Alguns parlamentares nos EUA já sugerem localização regional de estoques.

A França também tem sido firme na defesa do mecanismo, estimando que ajudará no combate a especuladores nos mercados de commodities. Já o Brasil vê a ideia com desconfiança, achando que os grandes produtores é que podem acabar pagando a conta.

Também a flutuação dos preços em meio à crise financeira é considerada uma ameaça à segurança alimentar. Daí a importância do engajamento dos grupos presentes na Itália para avaliar e monitorar a volatilidade dos preços. A especulação tem sido alvo de fortes críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O foco da ajuda dos países ricos está mudando, passando de ajuda alimentar para assistência financeira à produção agrícola nos países pobres, incluindo a agricultura familiar. A ambição no papel é de as nações desenvolvidas aceitarem se comprometer a elevar a ajuda oficial para a agricultura de 3% da assistência total para 17%. Isso significa passar de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 20 bilhões por ano.

As cifras ontem em discussão ainda variavam. Em todo caso, no encontro de cúpula na FAO sobre crise alimentar, no ano passado, os países ricos prometeram mobilizar US\$ 22 bilhões de ajuda para combater a crise alimentar. Mas até hoje só desembolsaram US\$ 2 bilhões.

A governança internacional da segurança alimentar está igualmente em discussão, como, por exemplo, se será centralizada num comitê da FAO, em Roma.

O texto em negociação rejeita o protecionismo e defende a conclusão da Rodada Doha de liberalização comercial, mas a retórica é freada e não havia menção aos subsídios agrícolas. Mas para o Brasil, Índia e outros emergentes, barreiras comerciais e subvenções bilionárias dadas pelos países ricos a seus agricultores têm afetado duramente a capacidade de produção nas nações em desenvolvimento nos últimos trinta anos.

A FAO reconhece que no momento a crise não é causada pela falta de alimentos. A produção de alimentos em 2009 será apenas um pouco abaixo do recorde de 2,287 bilhões de toneladas do ano passado. O problema é sobretudo de falta de renda e a sua má distribuição.

Mas alveja a produção de biocombustíveis. Diz que a agricultura se tornou cada vez mais fonte importante de energia e que o potencial de demanda do mercado de energia pode mudar os fundamentos dos sistemas agrícolas.

"Isso já começou a acontecer", diz a agência da ONU, exemplificando que, em 2007, quase 100 milhões de toneladas "foram desviadas" dos mercados de alimentos para a produção de biocombustível. Significa cerca de 5% da utilização mundial de alimentos, mas menos de 0,5% da demanda global de energia, segundo a agência.

### **Ministério promove oficinas do Programa de Aquisição de Alimentos – Sítio Eletrônico do MMA – 17/07/2009**

O Ministério do meio Ambiente (MMA) vai promover, a partir de agosto, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e agências implementadoras formadas por organizações da sociedade civil - como ONGs e associações -, oficinas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em diferentes estados do País. O objetivo é permitir que as comunidades extrativistas obtenham as informações necessárias para receber os benefícios do Programa.

O PAA tem a função de apoiar agricultores, extrativistas e pescadores de base familiar, e compreende ações vinculadas à distribuição de produtos provenientes destes

grupos. Executado com recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, o Programa foi desenvolvido para garantir a segurança alimentar destes setores, bem como a formação de estoques estratégicos.

Uma de suas formas de operação é a compra com doação simultânea. Os produtores familiares, organizados em associações ou cooperativas, entregam sua produção diretamente a alguma instituição beneficiada. Depois de comprovada a doação, a Conab paga à cooperativa que, por sua vez, repassa o dinheiro aos produtores.

Outra maneira de funcionamento é a formação de estoque, que visa à sustentação de preços e agregação de valor à mercadoria. Neste caso, as associações e cooperativas de extrativistas recebem antecipadamente pela sua produção. Assim, os produtores podem esperar a melhor cotação do produto para vendê-lo, ou realizar o beneficiamento do mesmo para conseguir um melhor preço.

De acordo com o analista ambiental do Departamento de Extrativismo do MMA, Alan Boccato, o Programa assegura a comercialização dos produtos, inclusive no mercado local, além de ser uma estratégia do governo federal para garantir que a floresta em pé gere renda às comunidades extrativistas, como alternativa ao desmatamento.

A perspectiva é que uma média de 30 pessoas participe de cada oficina, dentre extrativistas e lideranças, como presidentes de associações, coordenadores de sindicato e outros multiplicadores. Em cada estado, o Ministério conta com o apoio das agências implementadoras, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) , a Rede das Associações das Escolas Família do Amapá (Raefap), a Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão (Assema) e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), dentre outras.

Confira algumas oficinas previstas:

LOCAL	DATA
Macapá (AP)	4 a 6 de agosto
Pedreiras (MA)	26 a 28 de agosto
Paulo Afonso (BA)	final de agosto
Altamira (PA)	10 a 12 de setembro
Montes Claros (MG)	setembro
Tefé (AM)	setembro

**Mais Alimentos impulsiona a criação de ovelhas e cabras – Sítio Eletrônico da CNA**  
– 22/07/2009

Há quatro meses, quando soube que um vizinho queria vender parte de seu plantel de cabras e ovelhas, o produtor familiar Ricardo Koehler, de 24 anos, concluiu que chegara o momento de transformar um hobby em fonte de renda. E foi ao Banco do

Brasil de sua cidade, Cafelândia (PR), onde soube que poderia utilizar o Mais Alimentos para comprar os animais e, assim, entrar de vez no ramo da ovinocaprino cultura, uma das atividades financiadas pela linha de crédito lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2008.

Para Ricardo, o Mais Alimentos foi a melhor opção para aproveitar a ocasião sem comprometer seu capital de giro obtidos com a produção de trigo, milho, soja e gado de corte. “Associei com meu pai e meu cunhado e começamos o negócio”.

Após aumentar o rebanho de 150 para 250 animais, o contrato de R\$ 95,8 mil, firmado em janeiro, garantiu investimentos em melhoramento genético do rebanho. Ricardo adquiriu um reprodutor de ovelha, da raça Dorper, e um de caprino, da raça Santa Inês. “Sem o Mais Alimentos, não daria para ampliar a criação tão cedo. Iria demorar uns dois anos para comprar mais 100 animais”, avalia, ressaltando que “tem muita gente que acha que o financiamento (do Mais Alimentos) é só para comprar trator”.

O Mais Alimentos é uma linha de crédito de até R\$ 100 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com juros de apenas 2% ao ano e prazo de até três anos de carência para começar a pagar o financiamento. Em dez meses, o Programa criado pelo MDA possibilitou a comercialização de 11 mil tratores de até 78 cavalos. Além de tratores e equipamentos agrícolas, o Mais Alimentos financia projetos que contemplam galpões de armazenagem, silos, construções e maquinário para ordenha, resfriadores e correção de solo. O Mais Alimentos atende produtores de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, hortigranjeiros, leite, castanha, caprinos, ovinos, café, gado para abate, suínos e aves.

\* Informações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

**Mais Alimentos impulsiona a criação de ovelhas e cabras** – Sítio eletrônico da CNA  
– 22/07/2009

Há quatro meses, quando soube que um vizinho queria vender parte de seu plantel de cabras e ovelhas, o produtor familiar Ricardo Koehler, de 24 anos, concluiu que chegara o momento de transformar um hobby em fonte de renda. E foi ao Banco do Brasil de sua cidade, Cafelândia (PR), onde soube que poderia utilizar o Mais Alimentos para comprar os animais e, assim, entrar de vez no ramo da ovinocaprino cultura, uma das atividades financiadas pela linha de crédito lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2008.

Para Ricardo, o Mais Alimentos foi a melhor opção para aproveitar a ocasião sem comprometer seu capital de giro obtidos com a produção de trigo, milho, soja e gado de corte. “Associei com meu pai e meu cunhado e começamos o negócio”.

Após aumentar o rebanho de 150 para 250 animais, o contrato de R\$ 95,8 mil, firmado em janeiro, garantiu investimentos em melhoramento genético do rebanho. Ricardo adquiriu um reprodutor de ovelha, da raça Dorper, e um de caprino, da raça Santa Inês. “Sem o Mais Alimentos, não daria para ampliar a criação tão cedo. Iria demorar uns dois anos para comprar mais 100 animais”, avalia, ressaltando que “tem muita gente que acha que o financiamento (do Mais Alimentos) é só para comprar trator”.

O Mais Alimentos é uma linha de crédito de até R\$ 100 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com juros de apenas 2% ao ano e prazo de até três anos de carência para começar a pagar o financiamento. Em dez meses, o Programa criado pelo MDA possibilitou a comercialização de 11 mil tratores de até 78 cavalos. Além de tratores e equipamentos agrícolas, o Mais Alimentos financia projetos que contemplam galpões de armazenagem, silos, construções e maquinário para ordenha, resfriadores e correção de solo. O Mais Alimentos atende produtores de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, hortigranjeiros, leite, castanha, caprinos, ovinos, café, gado para abate, suínos e aves.

\* Informações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

### **Governo Federal regulamenta Lei da Alimentação Escolar – Sítio eletrônico do MDA - 22/07/2009**

Foi anunciada nesta quarta-feira (22), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, a regulamentação da Lei 11.947/09, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar. Com isso, cerca de 47 milhões de alunos da rede pública de ensino de todo o País terão a oportunidade de consumir produtos oriundos da agricultura familiar.

O objetivo do governo federal com a medida é promover a segurança alimentar e nutricional, a produção de alimentos da agricultura familiar que respeita as tradições alimentares locais, o desenvolvimento sustentável, a articulação de políticas públicas e o controle social. "Com essa medida, aproximamos ainda mais importantes políticas de governo, que são a de Segurança Alimentar e a de Agricultura Familiar", destacou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Serão atendidos alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual e do Distrito Federal – em conformidade com o censo escolar realizado, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



(INEP/MEC), no ano anterior ao do atendimento. Também estão incluídas as escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

O secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Peraci, destaca que a regulamentação da lei permite o reforço de valores como a importância de uma alimentação saudável produzida a partir do respeito ao meio ambiente e da valorização da atividade da mulher e do homem do campo. Ao mesmo tempo, é mais uma oportunidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável entre os territórios rurais do País, reforçou Adoniram. A regulamentação determina que terão prioridade assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Os 30% do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 2009 correspondem a cerca de R\$ 600 milhões. Esses recursos devem ser aplicados, obrigatoriamente, na aquisição de produtos da agricultura familiar. Estima-se que, com essa medida, cerca de 250 mil famílias agricultoras serão beneficiadas diretamente.

Atualmente, existem 2,5 milhões de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs), uma exigência ao agricultor no processo de compra e venda. O número demonstra o potencial oferta de produtos da agricultura familiar que podem fazer parte do mercado institucional (governo federal, estadual e municipal).

#### [Como funciona a compra e venda de produtos da agricultura familiar](#)

#### **Mais Alimentos beneficia mais culturas e atividades – Sítio Eletrônico do MDA - 24/07/2009**

O Pronaf Mais Alimentos, linha de crédito que financia projetos da agricultura familiar de até R\$ 100 mil, com juros de 2% ao ano, carência de até três anos e prazo de pagamento de até dez anos, foi ampliado nesta safra. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

